

# Editorial

Este número da Revista *Poliética* convida o leitor a acompanhar algumas reflexões sobre a discussão entre a ética, o poder e a sociedade.

Agir moralmente, significa agir de acordo com valores estabelecidos e hierarquizados pelas normas vigentes em sociedade. Todavia, agir de forma ética, não equivale a aceitar o que está regulamentado sem questionamento e nem mesmo significa o seu cumprimento. Pelo contrário, aponta para a necessidade da indagação sobre a diversidade dos costumes e de sua origem. Logo, sem a consciência responsável pelas suas ações e a liberdade de suas escolhas, homens e mulheres não se tornam éticos.

Ora, quando a dinâmica do poder invade a dimensão ética, seu discurso não passa de mera justificação do poder que impede a autonomia dos autores envolvidos de refletir sobre a tensão entre a ética e a política, subtraindo a sociedade a capacidade de resolução das suas tensões. É isso que nos mostra o artigo “Eichmann: um dispositivo burocrático ou mais um espetáculo jurídico?” Nele, seus autores, Marcus Cesar Ricci Teshainer e Ronaldo Manzi retomam o julgamento de Eichmann e a análise feita por Hannah Arendt em um de seus textos. Nele, Arendt aponta um homem ordinário para explicitar o significado da banalidade do mal: não se trata de afirmar que o mal é banal, no entanto nem sempre o agente que o pratica é um monstro, pode ser apenas uma pessoa qualquer, com uma vida medíocre, um “homem ordinário”.

Já em “NISHIDA e a tristeza profunda”, de José Manuel Heleno, o autor destaca a forma como a filosofia ocidental é lida no Oriente, a partir do pensamento de um filósofo japonês Kitarô Nishida, fundador da Escola de Kyoto que aproxima a tradição zen budista e o pensamento ocidental. Nishida intenta aprofundar as intuições do pensamento oriental a partir de conceitos de Hegel, William James e Husserl entre outros, na busca de um pensamento universal.

Pensar a moral, bem como a religião e a estética, não equivale a limitar sua reflexão ao mundo histórico; ao contrário, é preciso ultrapassá-lo. E, embora reconheça que não há uma integração de todas as culturas e sim a afirmação unilateral da perspectiva de cada uma, perseguiu em sua obra a contribuição de um pensamento japonês científico e racional para uma cultura mundial.

Em “Chartier e Foucault: poder, cultura e representação”, Cícero Oliveira, retoma a influência do pensamento de Michel Foucault sobre o historiador Roger Chartier, ligado a *École des Annales*, constituída em 1929, a partir da revista *Annales d’histoire économique et sociale*. Essa presença influenciou tanto a prática histórica quanto a forma de interrogar os documentos e produzir discursos que constituem saber-poder sobre o passado, ao propor desconstruir “verdades universais”.

Em “A perspectiva da cooperação judicial interna trilhada pelo imperativo categórico à teoria do agir comunicativo”, de Juliana Alencar Wolney C. Aires e Vinicius Pinheiro Marques, os autores indagam pela possibilidade ou não da cooperação entre as diferentes esferas da justi-

ça, à luz da teoria comunicativa de Jürgen Habermas e da teoria ética de Immanuel Kant, visando a promoção da justiça a partir do consenso e do entendimento.

A resenha de “La démocratie doit s’inventer en Afrique”, de Carlos Alberto Tello, reporta a reflexão sobre a situação atual da democracia no continente africano, do período colonial até a época contemporânea globalizada.

Boa leitura a todos!

**Maria Constança Peres Pissarra**  
**Editora**